



C
O
N
TÁ
B
I
L

M
A
D
E
I
R
A

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

Entre os abaixo assinados e a seguir qualificados o sócio Sr. **RUBENS REVOREDO**, brasileiro, natural de São Paulo - SP, nascido em 17/08/1979, casado, no regime da separação de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade Rg: 32.770.350-7/SSP-SP e do Cpf: 305.681.188-04, residente e domiciliada na Rua Dr. César Nº 690 - Apto. 161 - Cep: 02013-002 - Santana - São Paulo - SP e Srta. **FERNANDA REVOREDO**, brasileira, natural de Porto Ferreira - SP, nascida em 08/06/1971, solteira, maior, empresária, portadora da Cédula de Identidade Rg: 20.466.207/SSP-SP e do Cpf: 146.369.338-93, residente e domiciliada na Rua Dr. César Nº 690 - Apto. 162 - Cep: 02013-002 - Santana - São Paulo - SP, tem entre si e na melhor forma de direito Constituir uma **SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA nos termos da Lei. Nº 10.406/2002 do Novo Código Brasileiro**, que se regerá mediante as cláusulas e condições a seguir articuladas:

CLAUSULA PRIMEIRA

DENOMINAÇÃO E SEDE: A sociedade operará nesta Praça sob a denominação comercial de "**REVO FERRAMENTAS DE CORTE LTDA**" com sede, foro e estabelecimento na Rua Amelia de Carvalho Gonçalves Nº 41 - Conjunto 01 - Cep: 02.013-009, Santana - São Paulo - SP.

Parágrafo Único: Observa as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir filiais ou outras dependências, mediante alteração contratual.

CLAUSULA SEGUNDA

OBJETO SOCIAL: Constitui Objeto Social a exploração do ramo de atividade de: "**Comércio Varejista de Ferramentas de Corte, Aperto, Elétrica e Instrumentos de Medição e Metrologia.**"

CLAUSULA TERCEIRA



DURAÇÃO: A sociedade operará nesta Praça por tempo **INDETERMINADO**.

CLAUSULA QUARTA

CAPITAL SOCIAL: O Capital Social será na importância de **R\$. 20.000,00 (vinte mil reais)** divididos em 100 (cem) quotas no valor unitário de R\$ 200,00 (duzentos reais) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do País, no presente ato, ficando assim distribuídas entre as mesmas.

a) RUBENS REVOREDO	050%	050 quotas	R\$.	10.000,00
b) FERNANDA REVOREDO	050%	050 quotas	R\$.	10.000,00
TOTAL	100%	100 quotas	R\$.	20.000,00

ÚNICO: A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor de suas quotas, haja vista a totalidade do Capital Social, conforme artigo 1.052 da Lei Nº 10.406/2002.

2 
2 



C
O
N
T
Á
B
I
L

M
A
D
E
I
R
A

CLAUSULA QUINTA

ADMINISTRAÇÃO: A sociedade será administrada pelos sócios Sr. **RUBENS REVOREDO** e Srta. **FERNANDA REVOREDO**, ambos qualificados no preâmbulo deste instrumento, os quais administrarão em conjunto ou em separado com os mais plenos e ilimitados poderes, administrar os negócios sociais, inclusive nomear procuradores em nome da sociedade, devendo entretanto constar no mandato os atos que deverão ser praticados pelo mandatário.

ÚNICO: Fica expressamente vedado a qualquer um dos sócios o uso indevido da denominação social, em documentos estranhos aos fins sociais bem como usa-la em fianças, abonos, avais, endossos e quaisquer outras transações de mero favor, sob a pena de plena e automática nulidade de tais atos com relação a responsabilidade limitada.

CLAUSULA SEXTA

RETIRADA: Os sócios Sr. **RUBENS REVOREDO** e Srta. **FERNANDA REVOREDO**, ambos qualificados no preâmbulo deste instrumento, terão o direito a uma retirada mensal a título de Pró-Labore, até o limite máximo permitido pelo Imposto de Renda, ou mediante acordo entre os mesmos, baseado no montante e andamento dos negócios sociais, devendo essas importâncias serem contabilizadas em conta especial ou apropriada.

Parágrafo Único: A responsabilidade de cada sócio nos lucros e nas perdas corresponde à exata proporção das respectivas quotas.

CLAUSULA SETIMA

DELIBERAÇÕES SOCIAIS: As deliberações sociais relativa à aprovação das conta dos administradores, aumento, redução do Capital Social, designação, destituição de administradores, modo de remuneração, recuperação judicial, distribuição de lucros, alteração contratual e fusão, cisão e incorporação são definidas nas reuniões dos sócios.

Parágrafo Primeiro: As reuniões dos sócios é realizada até o último dia do mês de Abril do ano seguinte, ou em qualquer época, mediante convocação dos administradores ou sócios, para tratar de assunto relevante para a sociedade.

Parágrafo Segundo: A convocação para a reunião será comunicada através de carta ou e-mail.

Parágrafo Terceiro: Os administradores devem entregar, aos demais sócios, 30 (trinta) dias antes da data da reunião, cópia das demonstrações contábeis bem como a prestação de contas dos administradores.

Parágrafo Quarto: As deliberações são aprovadas por 3/4 do Capital Social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior quorum

CLAUSULA OITAVA

LUCRO: O lucro liquido apurado anualmente em balanço levantado em 31 de Dezembro de cada ano, poderá ser distribuído aos sócios na proporção de suas quotas de Capital Social ou permanecer em suspenso em conta especial, ou ainda ser incorporado ao Capital mediante competente alteração contratual.



JUN 20 1997

C
O
N
T
Á
B
I
L

M
A
D
E
I
R
A

CLAUSULA NONA

ALTERAÇÃO DE SÓCIO: No caso de retirada de qualquer um dos sócios será levantado um balanço geral da sociedade no prazo de 30(trinta) dias pagando-se os haveres sociais, mais o fundo de comercio, o sócio retirante em 12(doze) prestações mensais acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano vencendo-se a primeira 30(trinta) dias após o prazo de levantamento do balanço.

ÚNICO: Não poderão os sócios ceder ou transferir parte ou totalidade de suas quotas a terceiros, sem antes oferece-las a sócia remanescente, que tem absoluta preferência na aquisição da mesma entretanto seja aberta mão dessas preferências ou decorridos 30(trinta) dias com o silencio dos mesmos, poderão as quotas serem negociadas com terceiros.

CLAUSULA DECIMA

FALECIMENTO: A sociedade não entrará em dissolução e conseqüentemente em liquidação por retirada, morte, falência ou incapacidade de qualquer um dos sócios. Ocorrendo um desses eventos os haveres do sócio que falecer ou for declarado incapaz, ou que desejar retirar-se da sociedade, serão pagos ao sócio retirante, seus herdeiros ou representantes legais, não somente o Capital como também as reservas, lucros apurados ate a data da retirada, mais o fundo de comercio, ou quaisquer outros créditos em 06(seis) parcelas mensais acrescidas de juros de 12%(doze por cento) ao ano, mais correção monetária ou equivalente a legislação vigente a época do feito.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA

HERDEIROS: Na hipótese de morte de qualquer um dos sócios, seus herdeiros poderão optar pela participação na sociedade ou pelo recebimento dos haveres do sócio falecido, nos termos da clausula anterior.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA

RESPONSABILIDADE DOS SOCIOS: Segundo remissão ao artigo 997, determinada pelo artigo 1.054, ambos da Lei. N.º 10.406/2002, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais conforme o artigo 997 inciso VIII

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA

DISSOLUÇÃO: No caso de dissolução da sociedade pagar-se a em primeiro lugar lugar, todo o passivo existente da sociedade em seguida o Capital Social finalmente far-se a distribuição do remanescente entre os sócios, obedecendo a proporção legal.

CLAUSULA DECIMA QUARTA

FORO: Fica eleito o foro desta Comarca de São Paulo - SP, para qualquer ação fundada neste Contrato Social, com exclusão expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

✓

✓



C
O
N
T
Á
B
I
L

M
A
D
E
I
R
A

JUL 2012

CLAUSULA DECIMA QUINTA

CASOS OMISSOS: As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato social, serão supridas ou resolvidas com a regência supletiva pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei. N.º 6.404/76), e noutras disposições legais que lhes forem aplicáveis.

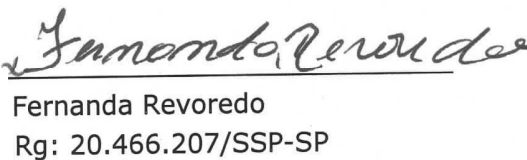
CLAUSULA DECIMA SEXTA

DECLARAÇÃO: Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

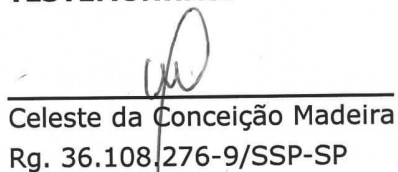
E., por estarem desta feita certos e ajustados assinam o presente Instrumento Particular em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente a duas testemunhas que igualmente assinam.

São Paulo, 21 de Junho de 2012.


Rubens Revoredo
Rg: 32.770.350-7/SSP-SP


Fernanda Revoredo
Rg: 20.466.207/SSP-SP

TESTEMUNHAS:


Celeste da Conceição Madeira
Rg. 36.108.276-9/SSP-SP


Verônica Cristina de Araujo
Rg: 17.473.029-9/SSP-SP

